

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

110 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 07 a 11/02/2022

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU	1
ECON	1
REGI	1
AFCO	1
Cimeira UE-África	1
Comissão de inquérito	2
2. COMISSÃO EUROPEIA PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO	2
3. PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO PRESIDÊNCIA FRANCESA	3
4. RÚSSIA E UCRÂNIA INICIATIVA DO PRESIDENTE EMMANUEL MACRON	3
5. COMISSÃO EUROPEIA PROCESSOS POR INFRAÇÃO	4
6. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA DIMENSÃO PARLAMENTAR	5
7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR COSAC	6
8. REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO VICE-PRESIDENTE DO PE	6
9. COMISSÃO EUROPEIA MICROCIRCUITOS EUROPEUS	7
10. COMISSÃO EUROPEIA RELATÓRIO SOBRE A COESÃO NA UE	7
11. DIRETIVA TRIBUTAÇÃO MULTINACIONAIS	8
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Reunião informal dos ministros da Agricultura	8
Reunião informal dos ministros da Saúde	9
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana foi dedicada aos trabalhos das [Comissões Parlamentares](#) do Parlamento Europeu (PE).

ECON

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários [debateu com a Presidente do BCE, Christine Lagarde, as recentes decisões do BCE](#), com destaque para a atividade económica atenuada associada ao aumento contínuo da inflação, embora com a previsão de uma forte retoma da economia no final do ano, bem como uma estabilização das taxas de inflação em cerca de 2% em 2023. A Presidente do BCE confirmou as decisões de continuar a reduzir o ritmo das compras de ativos e de acabar com as compras no âmbito do programa especial pandémico até ao final de março. Os deputados focaram as suas questões na forma de enfrentar a inflação, como o BCE planeia reagir ao aumento dos *spreads*, como planeia lidar com o aumento da dívida em alguns países e, ao mesmo tempo, continuar a encorajar uma recuperação económica (debate disponível [aqui](#)).

Os membros desta comissão reuniram ainda com os [Comissários Valdis Dombrovskis e Paolo Gentiloni, no âmbito do diálogo económico](#), tendo a discussão sido focada na desativação da cláusula de derrogação geral em 2023 e a apresentação de propostas para um maior alinhamento entre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os Planos Nacionais, o Semestre Europeu e as Recomendações específicas por país.

REGI

A Comissão do Desenvolvimento Regional [debateu com a Comissária Elisa Ferreira o 8.º Relatório sobre a Coesão](#) (cfr. ponto 10), tendo a Comissária destacado as principais diferenças relativamente ao último relatório produzido em 2017, como o agravamento das disparidades internas após a pandemia, novas disparidades territoriais e sociais e diferenças no ponto de partida das regiões para a transição ecológica e digital. **A maioria dos deputados sublinhou o papel crescente da política de coesão na UE**, manifestando preocupações com os atrasos na apresentação dos planos de investimento na coesão por parte de alguns Estados-Membros, instando a Comissão a aplicar maior flexibilidade na utilização dos fundos de coesão, a simplificar os procedimentos administrativos e a estender mais apoio às administrações locais, referindo-se ainda à cooperação transfronteiriça e à estratégia para as zonas rurais neste âmbito. O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

AFCO

A Comissão dos Assuntos Constitucionais organizou uma [audição pública sobre o défice democrático e governação democrática na União Europeia](#), focando as recomendações das componentes de cidadãos da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#) e potenciais reformas institucionais (vídeo [aqui](#)). A audição contou com a participação de diversos peritos e os deputados focaram as suas questões nas propostas específicas sobre reformas institucionais (tais como o direito de iniciativa do Parlamento e o estabelecimento de listas transnacionais nas eleições europeias), questões de transparência, visibilidade e educação relacionadas com a tomada de decisões da UE e o estabelecimento de uma demos europeia e de uma esfera pública, sendo a maioria a favor de mecanismos participativos mais fortes para os cidadãos.

Cimeira UE-África

Antes da Cimeira UE-União Africana, que decorrerá na próxima semana, os presidentes de várias comissões parlamentares e delegações do Parlamento Europeu destacaram a necessidade de uma forte parceria UE-África, baseada na cooperação entre iguais, co-assinando uma declaração (disponível

[aqui](#)). Destaca-se nesta declaração a cooperação para garantir a segurança e o desenvolvimento e para alcançar a paz e a estabilidade a longo prazo, uma abordagem baseada nos direitos humanos nas políticas sobre comércio, migração, igualdade de género, responsabilidade empresarial, segurança e luta contra o terrorismo e o extremismo, assim como uma recuperação económica sustentável após a pandemia, relações e investimentos comerciais que assegurem a transformação produtiva e combate às alterações climáticas, condenando ainda a presença de empresas militares privadas em África.

Comissão de inquérito

O PE deverá criar, em breve, uma Comissão de Inquérito sobre a utilização do *software* de vigilância [Pegasus](#), por proposta do [Grupo Renew Europe](#).

2. COMISSÃO EUROPEIA | PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO

A Comissão Europeia apresentou esta semana as suas previsões económicas de inverno para 2022, disponíveis [aqui](#), e que apontam para que, na sequência de uma expansão notável de 5,3 % registada em 2021, a economia da UE cresça 4,0 % em 2022 e 2,8 % em 2023. Prevê-se igualmente um crescimento da área do euro de 4,0 % em 2022, registando uma moderação para 2,7 % em 2023.

A UE no seu conjunto atingiu o seu nível de PIB anterior à pandemia no terceiro trimestre de 2021, prevendo-se que todos os Estados-Membros tenham ultrapassado este marco no final de 2022. Na globalidade, as previsões estão identificadas nestes quadros:

Table 1.1:

International environment

(Annual percentage change)

				Winter 2022 interim forecast			Autumn 2021 forecast		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Real GDP growth									
World (excl.EU)	3.8	2.9	-2.9	5.7	4.2	3.8	5.8	4.5	3.7
Trade volumes									
World (excl.EU) exports of goods and services	3.9	0.0	-8.0	9.4	4.8	4.6	8.9	5.6	4.1
World (excl.EU) imports of goods and services	4.3	-0.8	-8.9	9.3	5.5	4.6	9.3	6.1	4.5

Table 1: Gross domestic product, volume (percentage change on preceding year, 2003-2023)

01.02.2022

	5-year averages							Winter 2022 interim forecast			Autumn 2021 forecast		
	2003 - 07	2008 - 12	2013 - 17	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Belgium	2.6	0.7	1.4	1.6	1.8	2.1	-5.7	6.1	2.7	2.2	6.0	2.6	1.9
Germany	1.6	0.7	1.8	2.7	1.1	1.1	-4.6	2.8	3.6	2.6	2.7	4.6	1.7
Estonia	8.2	-1.7	3.0	5.8	4.1	4.1	-3.0	7.5	3.1	4.0	9.0	3.7	3.5
Ireland	5.2	-1.4	8.9	8.9	9.0	4.9	5.9	13.7	5.5	4.5	14.6	5.1	4.1
Greece	4.1	-5.5	-0.3	1.1	1.7	1.8	-9.0	8.5	4.9	3.5	7.1	5.2	3.6
Spain	3.5	-1.3	1.9	3.0	2.3	2.1	-10.8	5.0	5.6	4.4	4.6	5.5	4.4
France	2.0	0.4	1.2	2.3	1.9	1.8	-7.9	7.0	3.6	2.1	6.5	3.8	2.3
Italy	1.1	-1.4	0.4	1.7	0.9	0.4	-8.9	6.5	4.1	2.3	6.2	4.3	2.3
Cyprus	4.5	0.1	1.3	5.9	5.7	5.3	-5.2	5.3	4.1	3.5	5.4	4.2	3.5
Latvia	9.9	-2.7	2.7	3.3	4.0	2.5	-3.6	4.7	4.4	3.8	4.7	5.0	4.0
Lithuania	8.7	-0.4	3.2	4.3	4.0	4.6	-0.1	4.8	3.4	3.4	5.0	3.6	3.4
Luxembourg	4.7	0.6	2.9	1.3	2.0	3.3	-1.8	7.0	3.9	2.9	5.8	3.7	2.7
Malta	3.0	2.5	7.4	11.5	6.1	5.9	-8.2	5.9	6.0	5.0	5.0	6.2	4.8
Netherlands	2.3	0.0	1.7	2.9	2.4	2.0	-3.8	4.3	3.0	2.7	4.0	3.3	1.6
Austria	2.6	0.6	1.2	2.3	2.5	1.5	-6.7	4.7	4.3	2.3	4.4	4.9	1.9
Portugal	1.1	-1.4	1.4	3.5	2.8	2.7	-8.4	4.9	5.5	2.6	4.5	5.3	2.4
Slovenia	4.8	-1.0	2.4	4.8	4.4	3.3	-4.2	6.9	3.8	3.6	6.4	4.2	3.5
Slovakia	7.3	2.0	2.7	3.0	3.8	2.6	-4.4	3.0	5.0	5.1	3.8	5.3	4.3
Finland	3.6	-0.7	1.0	3.2	1.1	1.2	-2.8	3.5	3.0	2.0	3.4	2.8	2.0
Euro area	2.2	-0.3	1.5	2.6	1.8	1.6	-6.4	5.3	4.0	2.7	5.0	4.3	2.4
Bulgaria	6.4	1.4	1.9	2.8	2.7	4.0	-4.4	4.0	3.7	3.9	3.8	4.1	3.5
Czechia	5.5	0.2	3.0	5.2	3.2	3.0	-5.8	3.3	4.4	3.9	3.0	4.4	3.2
Denmark	2.0	-0.4	2.2	2.8	2.0	2.1	-2.1	4.0	2.8	2.3	4.3	2.7	2.4
Croatia	4.8	-1.8	1.7	3.4	2.9	3.5	-8.1	10.5	4.8	3.0	8.1	5.6	3.4
Hungary	3.5	-0.8	3.2	4.3	5.4	4.6	-4.7	6.5	5.0	3.2	7.4	5.4	3.2
Poland	5.0	3.4	3.3	4.8	5.4	4.7	-2.5	5.7	5.5	4.2	4.9	5.2	4.4
Romania	6.5	0.6	4.5	7.3	4.5	4.2	-3.7	6.3	4.2	4.5	7.0	5.1	5.2
Sweden	3.5	0.7	2.6	2.6	2.0	2.0	-2.9	5.0	3.8	2.0	3.9	3.5	1.7
EU	2.4	-0.1	1.7	2.8	2.1	1.8	-5.9	5.3	4.0	2.8	5.0	4.3	2.5

As previsões para Portugal estão disponíveis [aqui](#) e sintetizam-se do seguinte modo (PIB e inflação):

Last update : [Winter 2022 Economic Forecast](#) (10/02/2022)

Indicators	2020	2021	2022	2023
GDP growth (% , yoy)	-8,4	4,9	5,5	2,6
Inflation (% , yoy)	-0,1	0,9	2,3	1,3

É de salientar, ainda, que as previsões em matéria de inflação foram consideravelmente revistas em alta em comparação com as previsões do outono. Tal reflete os efeitos de preços mais elevados dos produtos energéticos, mas também o alastrar das pressões inflacionistas a outras categorias de bens desde o outono. Após ter atingido uma taxa máxima de 4,6 % no quarto trimestre do ano passado, projeta-se que a inflação na área do euro atinja um pico de 4,8 % no primeiro trimestre de 2022 e permaneça acima de 3 % até ao terceiro trimestre do ano. À medida que as pressões decorrentes das restrições da oferta e dos elevados preços dos produtos energéticos diminuírem, a inflação deverá descer para 2,1 % no último trimestre do ano, antes de se situar abaixo do objetivo de 2 % fixado pelo Banco Central Europeu ao longo de 2023.

Globalmente, prevê-se que a inflação na área do euro aumente de 2,6 % em 2021 (2,9 % na UE) para 3,5 % (3,9 % na UE) em 2022, antes de diminuir para 1,7 % (1,9 % na UE) em 2023.

Numa outra nota, o [Político reportou](#) esta semana que a Comissão Europeia apresentará, no início de março, uma recomendação no sentido de manter a derrogação das regras orçamentais da zona euro em 2023. No esboço dessa recomendação, citado pelo mesmo jornal, pode ler-se que a Comissão afirma que não aplicará parte das atuais regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que ditam que os países têm de reduzir a sua dívida a um máximo de 60% do PIB a uma taxa de 5% ao ano. Citando, *"Enquanto se aguarda o resultado da revisão da governação económica, a Comissão não aplicará a referência de redução da dívida tal como está atualmente formulada. (...) Contudo, a Comissão continuará a acompanhar a evolução da dívida, em conformidade com os requisitos do Tratado"*.

3. PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO | PRESIDÊNCIA FRANCESA

A Presidência francesa do Conselho da UE tem a ambição de realizar progressos decisivos na negociação do Pacto de Migrações e Asilo, especialmente na sua dimensão externa. No seguimento do Conselho Informal de Ministros da Administração Interna, realizado em Lille a 3 de fevereiro (detalhe [aqui](#)), a Presidência francesa circulou um documento de orientação aos Estados-Membros onde procura identificar os pontos de convergência, com especial ênfase na dimensão externa. O *Político* divulgou este documento, disponível [aqui](#).

4. RÚSSIA E UCRÂNIA | INICIATIVA DO PRESIDENTE EMMANUEL MACRON

No contexto da atual crise provocada por uma [contínua acumulação militar russa na Ucrânia e suas fronteiras](#), com consequências na ordem internacional e nas relações dos EUA, da UE e da NATO com a Rússia, o Presidente francês Emmanuel Macron, atual Presidente em exercício do Conselho da UE, realizou uma visita bilateral a Moscovo e a Kiev, para encontros com os Presidentes respetivos.

Tal como se pode ler na nota oficial do Palácio do Eliseu, disponível [aqui](#), “Esta viagem faz parte dos esforços do Presidente para manter o diálogo a fim de trabalhar no sentido de uma desescalada, num contexto de tensão entre a Rússia e a Ucrânia.”



A conferência de imprensa conjunta de E. Macron e Vladimir Putin está disponível [aqui](#).

No tocante à deslocação a Kiev e ao encontro com o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, o Eliseu publicou igualmente uma nota sobre o teor das conversações. A conferência de imprensa conjunta pode ser vista [aqui](#).

O *EUvsDisinfo*, da *Task Force East StratCom* do Serviço Europeu para a Acção Externa, publicou uma edição da sua *newsletter* especialmente dedicada a este tema, disponível [aqui](#). Esta *Task-Force* foi criada em 2015 para melhor prever, abordar e responder às campanhas de desinformação em curso na Federação Russa que afetam a União Europeia, os seus Estados-Membros e os países vizinhos comuns.



Este périplo diplomático do Presidente francês tem sido objeto de várias análises, especialmente à luz do conceito de autonomia estratégica da UE, que faz parte das prioridades da Presidência francesa. Destacamos a perspetiva do [The Economist](#), da [CNN](#), da [Foreign Affairs](#), em dois artigos (o primeiro [aqui](#) e o segundo [aqui](#)).

5. COMISSÃO EUROPEIA | PROCESSOS POR INFRAÇÃO

A Comissão Europeia anunciou esta semana o seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, através dos quais instaura processos judiciais contra vários Estados-Membros por não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. As [perguntas frequentes](#) e o [registo das decisões relativas aos processos por infração](#) estão disponíveis.

No tocante a Portugal, destacamos o seguinte:

- **Luta contra o branqueamento de capitais:** a Comissão instou Portugal, Malta, a Letónia e a Lituânia a explicarem de que forma transpuseram para o direito nacional as regras da UE em matéria de luta contra o branqueamento de capitais através do direito penal. As regras, estabelecidas na [Diretiva 2018/1673](#), definem as infrações penais e as sanções aplicáveis no

domínio do branqueamento de capitais, a fim de facilitar a cooperação policial e judiciária entre os países da UE e evitar que os criminosos tirem partido de sistemas jurídicos mais favoráveis. O prazo para a transposição da diretiva expirou em 3 de dezembro de 2020. Estes quatro Estados-Membros notificaram as medidas de transposição e declararam que a transposição da diretiva estava completa, mas não indicaram de forma suficientemente clara e precisa para cada disposição da diretiva, que disposição ou disposições nacionais garantem essa transposição.

- **Proteção dos denunciantes:** a Comissão Europeia enviou uma carta de notificação para cumprir a Portugal e à Suécia devido ao atraso na entrada em vigor das medidas nacionais de transposição da Diretiva (UE) 2019/1937, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União (Diretiva Proteção dos Denunciantes). O prazo para os Estados-Membros transporem a diretiva expirou em 17 de dezembro de 2021. A lei portuguesa de transposição prevê a entrada em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, em 19 de junho de 2022. As medidas de transposição adotadas pela Suécia atrasam a aplicação de algumas obrigações até 17 de julho de 2022.
- **Resíduos:** A Comissão insta Portugal a aplicar corretamente a Diretiva Aterros ([Diretiva 1999/31/CE](#)) e a Diretiva-Quadro Resíduos ([Diretiva 2008/98/CE](#)), ao abrigo das quais os Estados-Membros estão obrigados a tomar medidas para garantir que apenas os resíduos tratados são depositados nos aterros.
- **Biodiversidade:** a Comissão insta a Bélgica, a Bulgária, Chipre, a Chéquia, França, a Grécia, a Irlanda, a Itália, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, Portugal, a Roménia, a Eslovénia e a Eslováquia a aplicarem as várias disposições do [Regulamento \(UE\) n.º 1143/2014](#) relativo à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras.

6. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | DIMENSÃO PARLAMENTAR¹

Teve lugar esta semana uma **reunião entre os membros dos Parlamentos nacionais e os membros do Parlamento Europeu que compõem as respetivas delegações ao plenário da Conferência sobre o Futuro da Europa**. A reunião foi co-presidida por Guy Verhofstadt, em representação do Parlamento Europeu, e por Jean-François Rapon e Pieyre-Alexandre Anglade, representantes do Senado e da Assembleia Nacional de França respetivamente. Da delegação permanente da Assembleia da República a esta Conferência participaram nesta reunião os Deputados Luís Capoulas Santos (PS) e Paulo Moniz (PSD). A discussão focou sobretudo o **reforço da democracia europeia**, com destaque para os poderes legislativos dos Parlamentos, eleições para o Parlamento Europeu e eficiência do processo de tomada de decisão, tendo vários parlamentares feito referência ao mecanismo de cartão verde, à existência de listas transnacionais e *spitzenkandidat*, bem como à necessidade de promover maior controlo e transparência do processo legislativo no Conselho.

Os parlamentares debateram ainda as **prioridades políticas da UE**, focando a Política Externa, de Segurança e de Defesa Comum e o Orçamento da UE e governação económica, aludindo à relação entre a governação económica, o semestre europeu e o mecanismo de recuperação e resiliência, o papel do Alto Representante e o reforço da cooperação internacional, o reforço do papel dos Estados-Membros em matéria de política externa, a União Económica e Monetária e a autonomia estratégica, mas também a bússola estratégica e o fundo europeu de defesa.

O último ponto de discussão versou sobre a introdução de um **mecanismo permanente de participação e consulta dos cidadãos**, mostrando-se a maioria dos presentes favoráveis a esta ideia, embora apresentando preocupações sobre a transformação deste mecanismo numa forma de

¹ Ponto elaborado por Liliane Sanches da Silva, assessora da Comissão de Assuntos Europeus

democracia direta ou na criação de um órgão consultivo permanente com funções paralelas ao Parlamento Europeu.

7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | COSAC²

Conforme anunciado na [Síntese n.º 106](#), foram criados dois grupos de trabalho no seio da COSAC, tendo estes iniciado os seus trabalhos esta semana.

A primeira reunião do **Grupo de Trabalho da COSAC dedicado ao papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia**, presidida por Jean-François Rapin, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado francês, foi dedicada ao estabelecimento do seu método de funcionamento, que incluirá a audição de peritos e a elaboração de um relatório final com as medidas concretas alcançadas, tendo sido ainda proposto um calendário de reuniões por parte da presidência francesa. A presidência apresentou os três temas que considerava pertinentes para discussão: maior fiscalização e escrutínio dos Parlamentos nacionais à atuação da União Europeia; aumento da participação dos Parlamentos nacionais no processo legislativo, designadamente, com recurso ao procedimento «cartão verde»; e o futuro da cooperação interparlamentar. Os parlamentares concordaram em geral com as propostas da presidência francesa, tendo acrescentado outras iniciativas como a realização de um simpósio com a participação de todos os Parlamentos nacionais da UE e das instituições europeias, a necessidade de repensar o papel da COSAC para obter uma maior eficácia na sua ação e fomentar um maior diálogo e proximidade entre os Parlamentos nacionais e as instituições europeias.

O **Grupo de Trabalho sobre o lugar dos valores europeus como sentimento de pertença à UE** reuniu também pela primeira vez esta semana. Esta reunião, presidida por Sabine Thillaye, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional francesa, focou-se nos diferentes pontos de vista sobre o tema e no estabelecimento de métodos de trabalho, que incluem reuniões periódicas e a elaboração de um relatório intercalar e um relatório final, tendo sido também apresentado um calendário de reuniões. Os membros do grupo de trabalho manifestaram preocupação com o Estado de direito na UE, destacando a necessidade de diálogo e dos instrumentos da UE para agir perante situações de violação, e debateram ainda o conceito de valores europeus, democracia e liberdade, bem como o princípio da subsidiariedade, tendo alguns parlamentares argumentado que este não pode ser um escudo para desrespeitar o estado de Direito. Foi também reforçada a ideia de manter debates abertos e transparentes durante estas reuniões.

8. REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO | VICE-PRESIDENTE DO PE

Teve lugar no final desta semana uma **reunião entre o Primeiro Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Othmar Karas, e os representantes dos Parlamentos nacionais** em Bruxelas, com a presença do membro permanente do Secretariado da COSAC. Após a eleição de Roberta Metsola (PPE, Malta) como Presidente do PE, Othmar Karas (PPE, Áustria) é agora o Vice-Presidente responsável pela relação com os Parlamentos nacionais e, nesta breve reunião de apresentação, **deu nota das suas funções e projetos de futuro que envolvem os Parlamentos nacionais**, com destaque para a elaboração de uma carta sobre o parlamentarismo, discussões sobre o parlamentarismo moderno e diálogo entre religiões, conforme previsto no artigo 17.º do TFUE, colocando os parlamentos no centro deste objetivo. A reunião contou ainda com a presença do Diretor da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), Michael O’Flaherty, que demonstrou a sua

² Ponto elaborado por Ana Montanha e Gonçalo Sousa Pereira, assessores da Comissão de Assuntos Europeus.

disponibilidade para colaborar também com os Paramentos nacionais no que às competências da agência diz respeito, referindo-se também à importância do diálogo.

9. COMISSÃO EUROPEIA | MICROCIRCUITOS EUROPEUS

A Comissão Europeia [propôs](#) esta semana um conjunto abrangente de medidas para defender a segurança do aprovisionamento, a resiliência e a liderança tecnológica da União Europeia no domínio das tecnologias e aplicações de semicondutores, apresentando o [Regulamento Circuitos Integrados europeu](#). Este regulamento tem como componentes principais:

- a **iniciativa para os circuitos integrados europeus**, que agregará os recursos da UE, Estados-Membros e países terceiros associados aos programas da União e do setor privado, sendo reforçadas as atividades de investigação, desenvolvimento e inovação para implantar ferramentas de semicondutores avançados, ensaios e experimentação de novos dispositivos e formar pessoal e desenvolver uma compreensão aprofundada do ecossistema e da cadeia de valor dos semicondutores;
- um **novo quadro para garantir a segurança do aprovisionamento**, com a criação de um fundo para os circuitos integrados, que facilitará o acesso a financiamento a empresas em fase inicial, assim como apoios a empresas em expansão e PME;
- um **mecanismo de coordenação entre os Estados-Membros e a Comissão**, para acompanhar o aprovisionamento de semicondutores, estimar a procura e antecipar situações de escassez, acompanhamento da cadeia de valor, identificação das principais fragilidades e estrangulamentos, e avaliação comum de crises, medidas a tomar e garantia de uma reação rápida e decisiva.

O regulamento assegurará assim que a UE disponha dos instrumentos, das competências e das capacidades tecnológicas necessárias para se tornar líder neste domínio — além da investigação e da tecnologia de conceção, fabrico e embalagem de circuitos avançados —, bem como para garantir o aprovisionamento de semicondutores, mobilizando mais de 43 mil milhões de euros de investimentos públicos e privados.

A Comissão apresentou ainda uma [recomendação](#) aos Estados-Membros que possibilita o arranque do mecanismo de coordenação entre os Estados-Membros e a Comissão e preparou uma seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

10. COMISSÃO EUROPEIA | RELATÓRIO SOBRE A COESÃO NA UE

De três em três anos, a Comissão publica um relatório sobre a coesão económica, social e territorial na União, no qual são descritos os progressos nestes domínios e se demonstra o papel da UE como motor do desenvolvimento regional. O **8.º Relatório sobre a Coesão**, disponível [aqui](#), foi publicado esta semana e evidencia que a política de coesão contribuiu para reduzir as disparidades territoriais e sociais entre as regiões da UE. Graças à política de coesão, estima-se que até 2023 o PIB per capita das regiões menos desenvolvidas aumente até 5 %. Com estes investimentos também foi possível reduzir cerca de 3,5 % a diferença do PIB per capita entre os 10 % das regiões menos desenvolvidas e os 10 % das regiões mais desenvolvidas.

As principais conclusões deste Relatório, elaborado sob responsabilidade política da Comissária Elisa Ferreira, são as seguintes:

- A **política de coesão ganhou mais importância** e representou 34 % do investimento público total durante o período de programação de 2007-2013, percentagem que aumentou para 52 % no período de 2014-2020;
- Desde 2001, as **regiões menos desenvolvidas da Europa Oriental têm vindo a aproximar-se e a recuperar o atraso em relação ao resto da UE**. No entanto, muitas regiões de rendimento médio e menos desenvolvidas, especialmente no sul e sudoeste da União, atravessaram períodos de estagnação ou de declínio económico.
- A **convergência entre os Estados-Membros acelerou**, mas aumentaram as disparidades regionais internas nos Estados-Membros em rápido crescimento.
- O **emprego tem crescido**, mas o desequilíbrio entre regiões neste domínio continua a ser superior ao registado antes de 2008.
- O número de **pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social diminuiu** cerca de 17 milhões entre 2012 e 2019.
- A **clivagem regional no domínio da inovação na Europa aumentou** devido a uma falta de investimento na investigação e desenvolvimento (I&D).

A população da UE está a envelhecer e começará a diminuir nos próximos anos. Em 2020, 34 % da população da União vivia numa região em declínio demográfico, prevendo-se que este valor suba para 51 % em 2040.

A Comissária da Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, declarou: «O 8.º Relatório sobre a Coesão mostra claramente a importância da política de coesão na promoção da convergência europeia e na redução das desigualdades entre países e regiões da UE. (...) Este relatório permite-nos aprender com os ensinamentos do passado e, assim, estar mais bem preparados para os desafios do futuro.»

Mais recentemente, a política de coesão ajudou as regiões da UE a enfrentar o desafio da pandemia do coronavírus, através da [Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus](#), da [Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus+](#), do alargamento do [Fundo de Solidariedade da UE](#), e da [Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa \(REACT-EU\)](#).

O 8.º Relatório sobre a Coesão contribuirá para alimentar os debates do próximo [Fórum da Coesão](#) (a realizar nos dias 17 e 18 de março), que reunirá representantes das instituições europeias, autoridades nacionais, regionais e locais de todos os Estados-Membros, parceiros sociais e económicos, organizações não governamentais e o meio académico.

11. DIRETIVA TRIBUTAÇÃO MULTINACIONAIS

Demos nota na Sínteses n.º [97](#) e [107](#) do Acordo Global no âmbito do G20 sobre a reforma da tributação internacional e da proposta de Diretiva apresentada pela Comissão Europeia que assegura uma taxa de imposto efetiva mínima para as atividades a nível mundial dos grandes grupos multinacionais. A proposta de diretiva encontra-se agora [disponível em português](#).

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Agricultura

A reunião focou questões relativas à [agricultura amiga do ambiente e modelos de silvicultura](#). Os ministros observaram práticas utilizadas pelos agricultores e estruturas que permitem implementar sistemas de baixo teor de carbono, ajudando a combater as alterações climáticas. Foi alcançado **consenso político relativo ao papel dos agricultores e silvicultores também na luta contra as alterações climáticas**, tendo os ministros partilhado a sua experiência relativamente a práticas

agrícolas amigas do clima e abordado o tema do quadro comum de certificação e a importância da investigação e experimentação para partilha de conhecimentos e melhores práticas.

Reunião informal dos ministros da Saúde

Os ministros reuniram para debater o [futuro da saúde pública a nível da UE](#), por forma a satisfazer mais concretamente as necessidades e expectativas dos cidadãos. As discussões focaram-se na União Europeia da Saúde e o papel das diferentes agências da UE nesta sede, assim como a posição internacional da União nesta matéria, tema também discutido na [conferência conjunta entre os ministros dos negócios estrangeiros e ministros da saúde](#).

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana terá lugar a [sessão plenária do PE](#) em Estrasburgo, destacando-se os seguintes debates na agenda:

- [Segurança europeia e a ameaça da Rússia à Ucrânia](#)
- [Condicionalidade do Estado de Direito e as consequências da decisão do Tribunal de Justiça](#)
- [Estratégia mais eficaz da UE para combater o cancro](#)
- [COVID-19 e regras de viagem](#)
- [Comemoração dos 20 anos do euro](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [15 de fevereiro](#), destacando-se o pacote de defesa - *Comunicação relativa aos contributos da Comissão para a segurança e defesa da Europa (tbc)* e *Roteiro sobre as tecnologias críticas para a segurança e defesa* - e o pacote relativo ao espaço - *Estratégia europeia sobre a gestão de tráfego espacial* e *Construção de um sistema europeu de comunicação global seguro baseado no espaço*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 14.02: [Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio; Reunião informal dos ministros do Trabalho, do Emprego e dos Assuntos Sociais](#)
- 16.02: [Reunião informal dos ministros europeus responsáveis pelo Espaço](#)
- 17.02: [Cimeira União Europeia – União Africana](#)

Bruxelas | 11 de fevereiro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).